

**UM ACORDO PARA TUDO!
AMBIGUIDADES NO LÉXICO E A NOVA ORTOGRAFIA**

Fernando José do Amaral (AES-CEA)
fernandojamaral@hotmail.com

RESUMO

Este artigo visa discutir algumas implicações práticas causadas pelos efeitos da nova ortografia. A proposta, respaldada pelos manuais sobre o acordo ortográfico de Bechara (2008), Faraco (2008) e Tufano (2009), mostrará, a partir de dados empíricos, que algumas situações na escrita de lexias na Língua Portuguesa falada no Brasil poderão gerar ambiguidades, quando inseridas em contextos de uso corrente. Usfruindo de exemplos encontrados numa pesquisa a internautas sobre as mudanças na ortografia, procuremos refletir sobre tais situações e, ao mesmo tempo, mostrar como as ambiguidades poderiam ser desfeitas.

Palavras-chave: Léxico. Novo Acordo Ortográfico. Mudanças. Ambiguidades.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Buscou-se, nessa pesquisa, demonstrar a unificação ortográfica nos países lusófonos, através do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, o qual se restringe a resolver divergências das ortografias lusitana e brasileira e, por conseguinte, jamais deverá ser confundida com a unificação da língua, já que esta não mexe na nossa forma de falar, mas busca facilitar e padronizar a escrita, conforme (SILVA, 2008, p. 11) e, assim, diminuir as diferenças ortográficas que pairam sobre os países que têm a língua portuguesa como oficial.

A propósito, ao discutir matéria linguística, um princípio primordial é jamais confundir fatos de língua com fatos de sua representação ortográfica. Assim, o Acordo é uma parceria política e linguística, ou seja, a primeira definida em conjunto por todos os países que têm a língua portuguesa como língua oficial. Neste sentido, objetivou-se com tal artigo superar um conflito no interior da lusofonia com vistas à promoção de bases num esforço coletivo de promover a língua portuguesa no interior da comunidade.

Mesmo preocupados com a unificação no idioma, percebe-se claramente que as mudanças são poucas e alcançam apenas o sistema ortográfico. A despeito de tanta preocupação, reconhece-se a neces-

tidade por parte dos usuários para a adequação a que se propõe o acordo.

Por isso, o objetivo maior deste artigo é discutir o que ocorre quando se compara o léxico antes do Acordo Ortográfico e após a sua implantação, uma vez que poderão surgir situações ambíguas e confusas para o leitor.

1. Preocupações iniciais com a ortografia do português

É de senso comum que a ortografia constitui um dos aspectos mais relevantes das línguas escritas, mas também um dos mais polêmicos. Acrescente-se, ainda, que a intenção não é a de unificar a nossa língua, mas a escrita entre os países de língua portuguesa e, com isso, facilitar a compreensão principalmente de textos oficiais que circulam entre os governos dos vários países que têm a Língua Portuguesa como oficial.

Por esta razão, falar de ortografia é provocar acirradas polémicas não só em relação ao modo de escrever determinada língua, mas também na maneira como esse idioma se constitui e transita pelo vasto universo de significados envolvendo aspectos sociais, linguísticos, históricos e culturais, dentre outros.

As primeiras mudanças no português proto-histórico entre os séculos VIII–XIII ocorreram com os aspectos fonológicos, morfológicos e sintáticos, ou seja, com os sons da linguagem, estrutura e formação das palavras e/ou descrição da forma, bem como disposição das palavras nas frases e das frases no discurso.

Em seguida novas mudanças foram necessárias no português arcaico ou galego-português, as quais ocorreram entre o século XIII - XIV e, mais uma vez as mudanças caracterizaram-se como fonológica, morfológica e sintática.

E, finalmente o português moderno que data do século XVI até o XXI, período marcado por aspectos importantes na configuração e ortografia atual.

Foi nesse período que se produziu o que há de mais importante na literatura portuguesa, englobando um longo período literário,

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

marcado pelos expoentes literários: Camões e Pessoa, bem como a expansão do português para os continentes americano, africano e asiático. E, ainda vale ressaltar a separação definitiva do galego, fato que culminou com a autonomia linguística, bem como o surgimento dos primeiros gramáticos portugueses.

Dentre os quais merecerem destaque Fernão de Oliveira, em 1536, com a *Gramática da Linguagem Portuguesa* e João de Barros, em 1540, com a *Gramática da Língua Portuguesa*. Dando, assim início aos primeiros estudos de lexicologia, filologia, dentre outros.

A ortografia da língua portuguesa, no decorrer de seu processo histórico, sempre presente, foi um elemento constante, seja como manifestação de concordância ou discordância, ora propícia a exploração de uma ideologia ora uma política linguística compreendendo determinada época ou grupo social.

Assim, cabe ratificar os seguintes momentos ocorridos ao longo de vários séculos, os quais visavam à aproximação da ortografia com a língua.

- ✓ Séculos XIII – XVI – ortografia fonética (pronúncia);
- ✓ Séculos XVI – XIX – grafia erudita (natureza pseudetimológica);
- ✓ Século XX – privilegiou uma ortografia simplificada, com a eliminação dos fenômenos puramente fonéticos e do eruditismo etimológico (SILVA, 2008, p. 17).

As novas regras previstas no novo Acordo Ortográfico afetam a escrita do dia a dia e requer maior esforço e cuidado de todos quanto à ortografia.

Todavia, não é recente o desejo de se buscar harmonia entre a língua falada e a escrita. Isso reforça, ainda mais, um desejo evidente por parte de alguns escritores, gramáticos e filólogos.

Conforme observado, verifica-se que desde o século XVI, os gramáticos tentam aproximar a escrita à fala. E, nesse aspecto grandes embates linguísticos têm sido travados em torno do assunto, anseio que perdura até os nossos dias.

Dada a importância que a língua portuguesa tem no cenário

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

mundial em relação às línguas neolatinas, o português é uma das mais importantes, a qual é a terceira língua europeia mais falada fora da Europa. Afinal, o português é a língua oficial de vários países, tais como: Portugal, Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

Segundo José António Pinto Ribeiro, Ministro Português da Cultura, em entrevista à jornalista Maria Flor Pedroso em 05/04/2008, fez a seguinte declaração “Considero o Acordo Ortográfico um instrumento relevante para a promoção da língua portuguesa no mundo”.

Afinal, a ortografia unificada só vale para novas publicações e, com isso, evitar gastos desnecessários, razão plausível justificada pelo prazo de quatro anos para sua definitiva implantação.

Isto porque a escrita possui leis próprias que atua de forma independente: leis e sentido da escrita são as bases de um fenômeno linguístico chancelado pelo fenômeno da normatização gráfica, ou seja, ortográfica.

Assim, percebe-se a importância evolutiva que todos os setores têm enfrentado ao longo de vários séculos e com a ortografia não poderia ser diferente.

Apesar das muitas críticas envolvendo o novo acordo, percebe-se que tem havido um interesse inegável, da parte linguística de Brasil e Portugal em harmonizar as grafias da língua.

2. O léxico na língua portuguesa e as mudanças à vista

O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1986/1990, ao que se percebe, é considerado o mais importante acontecimento em relação à unificação ortográfica. E, nesse propósito, ressalta-se também um período transitório envolvendo a ortografia do idioma português nos países lusófonos.

Esse acordo cria desafios, mas também divide opiniões, tanto em Portugal quanto em Moçambique. Na opinião de alguns pesquisadores, os debates que se sucederam ao novo Acordo Ortográfico foram pouco discutidos.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Para Bechara (2008, p. 7), por exemplo, os signatários do novo Acordo Ortográfico pretenderam dar “um passo importante para defesa da unidade essencial da língua portuguesa e para o seu prestígio internacional”. Para ele:

O sucesso e a boa aceitação de um sistema ortográfico repousam, principalmente, na coerência interna de suas normas, harmonizando, tanto quanto possível, o peso do uso e da tradição lexicográfica refletido nos seus vocabulários e dicionários de maior aceitação entre os usuários (BECHARA, 2008, p. 7).

Embora no Brasil também existam muitas críticas em torno do assunto, as alterações na escrita passaram a ser alvo de mudanças nas publicações. Em 2008, uma Resolução do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) autorizou a adequação dos livros didáticos às novas regras do acordo.

A partir de 2009, inicia-se um período de transição para a nova ortografia, que dentro de três ou quatro anos passará a ser definitivamente adotada no Brasil. Nesse processo transitório, as editoras deverão fornecer as primeiras obras, de cunho acadêmico, adaptadas às normas do acordo ortográfico, cuja determinação diz que os alunos do ensino fundamental deverão receber o material didático de acordo com o novo acordo ortográfico até 2010. Já os alunos do ensino médio só deverão receber o material didático atualizado até 2011. Nesse mesmo ano, as universidades também ajustarão os Vestibulares, bem como todos os concursos públicos e avaliações em geral seguirão às novas regras ortográficas.

A bandeira da unificação e reforma ortográfica visa tanto à unificação gráfica do português quanto à simplificação de sua escrita, o que segundo Carvalho (1997), não está totalmente contemplada na última proposta do Acordo.

Em linhas gerais, esse acordo é meramente ortográfico, ou seja, refere-se apenas à escrita, não afetando nenhum aspecto da língua falada. Além de ratificar um tratado internacional que tem por objetivo criar uma ortografia unificada do português a ser usada por todos os países que adotaram o português como idioma oficial.

A partir do enunciado, vale informar que as mudanças mais significativas alteram a acentuação de algumas palavras, extingue o uso do trema e sistematiza a utilização do hífen. No Brasil, as altera-

ções atingem aproximadamente 0,5% das palavras. Já para os demais países, que adotam a ortografia de Portugal, o percentual de mudança é aproximadamente 1,6%.

3. O antes e o depois das mudanças

Uma análise prévia do acordo indica que as mudanças são poucas, pois alcançam apenas a acentuação de algumas palavras, operam algumas simplificações nas regras de uso do hífen, incorporam-se três letras ao alfabeto, aboliu o trema, ou seja, mantendo-o apenas em casos especiais e, finalmente, fez pequenas alterações quanto ao uso de letras maiúsculas em algumas palavras.

Conforme observado, com essa mudança ortográfica, as pessoas, a princípio, terão de ampliar sua atenção quanto à ortografia para não incorrer em erros primários. Conseqüentemente, isso requer maior aperfeiçoamento e compreensão, pelo menos, nos primeiros anos posteriores ao acordo em referência.

Respaldados nos manuais do Acordo Ortográfico sob a égide de Faraco (2008), Bechara (2008) e Tufano (2009), poder-se-á, a seguir, verificar o desdobramento do alcance do novo Acordo Ortográfico de Língua Portuguesa.

3.1. Acentuação

Com relação à acentuação, as mudanças decorrentes do acordo constituem da eliminação do sinal diérese intitulado trema, no – “u” seguido de “g” ou “q” antes de “e” ou “i” em palavras como *lingüiça, cinqüenta, seqüestro* passam a ser grafadas *linguiça, cinquenta, sequestro*, exceto para os nomes próprios. Além disso, o acento circunflexo deixará de existir em palavras que terminam com hiato “oo”, ou seja, palavras como vôo, enjôo, abençôo passam a ser grafadas da seguinte forma: voo, enjoo, abençoo. O mesmo acento também sairá das formas verbais da terceira pessoa do plural do presente do indicativo ou do subjuntivo dos verbos dar, ler, crer e ver, como em dêem, lêem, crêem, vêem, que passam a ser grafadas da seguinte

forma: deem, leem, creem e veem.

Ainda no âmbito da acentuação, ditongos abertos “éia” e “ói-a” das palavras paroxítonas como *idéia*, *assembléia*, *heróico*, *paranoico* passam a ser grafadas assim: *ideia*, *assembleia*, *heroico*, *paranoico*.

Fica abolido, nas palavras paroxítonas, o acento agudo no “i” e no “u” tônicos quando precedidos de ditongo: palavras como *feiúra*, *baiúca* passam a ser grafadas *feiura*, *baiuca*. Fato semelhante ocorrerá nas formas verbais rizotônicas³³, com acento agudo do “u” tônico precedido de “g” ou “q” e seguido de “e” ou “i”. Com isso, algumas poucas formas de verbos como *averigúe* (*averiguar*), *apazigúe* (*apaziguar*) e *argúem* (*arg(ü/u)ir*), passam a ser grafadas *averigue*, *apazigue*, *arguem*.

Deixa de existir o acento agudo ou circunflexo usado para distinguir/diferenciar palavras paroxítonas que, tendo respectivamente vogal tônica aberta ou fechada, são homógrafas³⁴ de palavras átonas. Assim, deixam de se distinguir pelo acento gráfico:

- para (á), flexão do verbo *parar*, e *para*, preposição;
- pela(s) (é), substantivo e flexão do verbo *pelar*, e *pela(s)*, combinação da preposição *per* e o artigo *a(s)*;
- polo(s) (ó), substantivo, e *polo(s)*, combinação antiga e popular de *por* e *lo(s)*;
- pelo (é), flexão de *pelar*, *pelo(s)* (ê), substantivo, e *pelo(s)*, combinação da preposição *per* e o artigo *o(s)*;
- *pera* (ê), substantivo (*fruta*), *pera* (é), substantivo arcaico (*pedra*) e *pera* preposição arcaica.

Com relação à acentuação, algumas observações são oportunas ao momento.

A reforma de 1971 aboliu os acentos circunflexos diferenciáveis. Manteve apenas para a forma verbal “pôde”. O texto do Acordo

³³ São as palavras que têm o acento tônico na raiz.

³⁴ Palavra de grafia idêntica e significado diverso.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

mantém esta exceção e acrescenta, facultativamente, o uso do acento na palavra “fôrma”.

Exemplo:

1 (pôde) Noite passada, ela não *pôde* dormir mais cedo, mas hoje ela *pode*.

2 (fôrma) Qual é a *forma* da *fôrma* do bolo?

O Acordo manteve a duplicidade de acentuação (acento circunflexo ou acento agudo) em palavras como *econômico/económico*, *acadêmico/académico*, *fêmur/fémur*, *bebê/bebé*.

Entendeu-se que, como esta acentuação reflete o timbre fechado (mais frequente no Brasil) e o timbre aberto (mais frequente em Portugal e nos demais países lusófonos) das pronúncias padrões das vogais nestes contextos, ela não deveria ser alterada.

3.2. O caso do hífen

O hífen é, tradicionalmente, um sinal gráfico mal sistematizado na ortografia da língua portuguesa. O texto do Acordo tentou organizar as regras de modo a tornar seu uso mais racional e simples:

- a) Manteve sem alteração as disposições anteriores sobre o uso do hífen nas palavras e expressões compostas. Determinou apenas que se grafe de *forma aglutinada* certos compostos nos quais se *perdeu a noção de composição*, como em *mandachuva* e *paraquedas*.

Para saber quais perderão o hífen, teremos de esperar a publicação do novo *Vocabulário Ortográfico pela Academia das Ciências de Lisboa* e pela Academia Brasileira de Letras. É que o texto do Acordo prevê a aglutinação, dá alguns exemplos e termina o enunciado com um etc. – o que, infelizmente, deixa em aberto a questão.

- b) No caso de palavras formadas por prefixação, houve as seguintes alterações:

Só se emprega o hífen quando o segundo elemento começa

por *h*. Exemplo: pré-história, super-homem, pan-helenismo, semi-hospitalar. Porém, manteve-se a regra atual que descarta o hífen nas palavras formadas com os prefixos “des-“ e “in-“ e nas quais o segundo elemento perdeu o *h* inicial (desumano, inábil, inumano). Quando o prefixo termina na mesma vogal com que se inicia o segundo elemento. Exemplo: contra-almirante, supra-auricular, auto-observação, micro-onda, infra-axilar. Contudo, a regra atual em relação ao prefixo *co-*, que em geral se aglutina com o segundo elemento mesmo quando iniciado por “o” como nos exemplos *coordenação*, *cooperação*, *coobrigação*.

- c) quando o segundo elemento começa com “s” ou “r”, devendo estas consoantes ser duplicadas conforme encontrado em *antirreligioso*, *antissemita*, *contrarregra*, *infrassom*. A exceção ocorre quando os prefixos terminam com “r”, ou seja, hiper-, inter - e super- como em *hiperrequintado*, *inter-resistente*, *super-revista*. Já quando o prefixo termina em vogal e o segundo elemento começa com uma vogal diferente tal como *extraescolar*, *aeroespacial*, *autoestrada*, *autoaprendizagem*, *antiaéreo*, *agroindustrial*, *hidroelétrica*.

Os outros casos hifenizados permanecem inalterados no novo acordo.

3.3. Mudanças no alfabeto?

Embora continuem de uso restrito, as letras *k*, *w* e *y* ficam agora incluídas no alfabeto, usado para a língua portuguesa, que passa, então, a ter 26 letras.

Importante deixar claro que essa medida nada altera do que está estabelecido. Apenas fixa a sequência dessas letras para efeitos da listagem alfabética de qualquer natureza. Adotou-se, assim, a convenção internacional: o *k* vem depois do *j*, o *w* depois do *v* e o *y* depois do *x*.

Além disso, se for comparado o disposto no Acordo com o que está definido no atual Formulário Ortográfico Brasileiro, vê-se que houve uma simplificação no uso obrigatório das letras maiúscu-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

las. Elas ficaram restritas a nomes próprios de pessoas (João, Maria, Dom Quixote), lugares (Curitiba, Rio de Janeiro), instituições (Instituto Nacional da Seguridade Social, Ministério da Educação) e seres mitológicos (Netuno, Zeus), a nomes de festas (Natal, Páscoa, Ramadão), na designação dos pontos cardeais quando se referem a grandes regiões (Nordeste, Oriente), nas siglas (FAO, ONU), nas iniciais de abreviaturas (Sr., Gen. V. Ex^a) e nos títulos de periódicos (*Folha de S. Paulo*, *Gazeta do Povo*).

É, contudo, facultativo usar a letra maiúscula nos nomes que designam os domínios do saber (matemática ou Matemática), nos títulos (Cardeal/cardeal Seabra, Doutor/doutor Fernandes, Santa/santa Bárbara) e nas categorizações de logradouros públicos (Rua/rua da Liberdade), de templos (Igreja/igreja do Bonfim) e edifícios (Edifício/edifício Cruzeiro).

De modo reflexivo, o “Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa” altera pontos importantes quanto à forma escrita do nosso idioma. A propósito, a unificação ortográfica visa o fortalecimento da língua portuguesa no cenário mundial.

Segundo Faraco (2008), o Acordo parece ser, em geral, positivo. Em primeiro lugar porque unifica a ortografia do português, mesmo mantendo algumas duplicidades. Por outro lado, simplifica as regras de acentuação, limpando o Formulário Ortográfico de regras irrelevantes e que alcançam um número muito pequeno de palavras. A simplificação das regras do hífen é também positiva: torna um pouco mais racional o uso deste sinal gráfico.

4. *Ambiguidades geradas com a nova ortografia*

Para compreender melhor acerca de deste tópico, faz-se necessário ver o significado da palavra ambiguidade.

Segundo Ferreira (2000, p. 38), a ambiguidade se pauta no que se pode tomar mais de um sentido; um equívoco, cujo procedimento denota insegurança, indecisão, dúvida. Desta feita, a palavra ambiguidade de acordo com a nova ortografia, por si só constitui ambiguidade fonética, a qual advém da expropriação do trema, ou seja, o fonema “u” agora sem trema.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

A descrição já mencionada acerca do conceito supracitado vem corroborar no que concernem as dúvidas que pairam em torno de algumas regras ortográficas provenientes do novo Acordo Ortográfico. Contudo não o torna menos importante, mas ainda carente de algumas modificações que precisam desfazer, porventura, quaisquer ambiguidades existentes.

Para Tufano (2009, p. 3), se o acordo influencia apenas a ortografia, restringe-se à língua escrita, sem, contudo, eliminar todas as diferenças ortográficas. Isso é um passo a mais em direção à pretendida unificação ortográfica dos países que têm a língua portuguesa como idioma oficial. Em outras palavras, Tufano (2009) parece admitir que ocorrem ambiguidades, tendo em vista que o acordo não elimina todas as diferenças ortográficas.

Tomam-se como exemplo algumas ambiguidades provenientes do novo Acordo Ortográfico.

Não se pode mais ensinar de forma isolada que a palavra *pára* é verbo ou e *para* é preposição. Atualmente, isso só será possível diante do contexto e não mais de forma isolada, pois o acento que as diferenciava em verbo e preposição deixou de ser grafado.

Quanto às palavras *forma* e *fôrma*, o uso é facultativo, sob a alegação de que o acento poderá deixar a frase mais clara.

Efeito semelhante ocorre na dicotomia *pêra* x *pera*. No exemplo “*Pera* aí, menino, já venho com uma *pera* pra você”.

No primeiro termo, ocorre uma aférese³⁵ da palavra *espera*, comum na fala espontânea. No segundo termo, a metáfora diferencia na pronúncia. Contudo, a escrita agora é uniforme.

Ainda com relação ao acento diferencial que, em algumas situações, foi excluído, convém citar o caso de *pêlo* x *pelo* / *pela* x *pé-la*. Basta para isso comparar os exemplos *o pelo do gato passou pelo casaco; quase me pelo de medo; vá pela calçada; não se pela mais galinha*.

³⁵ Trata-se da redução da palavra com a perda de segmentos iniciais, conforme encontrado em Coutinho (1970).

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Ocorre ambiguidade no que diz respeito à relação existente na grafia de *pele* correspondente a pelo de gato, à contração de per + o e à 1ª pessoa do verbo pelar.

Um dos motivos da ambiguidade na escrita dessas palavras ocorre quando *pele* (ê) perde o acento circunflexo, tendo em vista, neste caso, que o acento não é diferencial, e sim de significado entre as duas palavras seguintes. Nestes casos, percebe-se que o contexto tem mais importância que o acento diferencial.

Outro exemplo que merece destaque perdendo o acento gráfico diz respeito às palavras paroxítonas que, tendo respectivamente vogal tônica aberta ou fechada classificadas de homógrafas³⁶/heterofônicas³⁷, tais como *coco* /ó/, /ô/ e *cocó* /ó/ ou *cocô* /ô/. Enquanto a primeira significa *bactéria de forma esférica ou ovóide*, a segunda corresponde ao *fruto do coqueiro* ou ainda *forma de dança de roda cantada em coro*; a terceira denota *penteados femininos em que se enrolam os cabelos* e a quarta denota *fezes ou excrementos*. Percebe-se que as ambiguidades, em certos casos, são comumente percebidas.

No que concerne à hifenização, também há ambiguidades, como no exemplo de *bico de papagaio* com hífen e sem hífen. Quando grafada sem hífen corresponde a *uma espécie de planta ornamental* e sem hífen significa *deformação das vértebras*.

Nos compostos grafados com a palavra *mal*, esta poderá ou não ser grafada. Quando *mal* significar doença e não houve elemento de ligação grafa-se com hífen, conforme o exemplo *mal-caduco* ou *mal-francês* (significando epilepsia e sífilis), já em *mal de Alzheimer* não se usa hífen devido ao elemento de ligação.

Tais constatações serviram como exemplos, não esgotando as ambiguidades, mas as mesmas corroboram e reforçam a preocupação demandada por muitos usuários é pertinente e, portanto, merecedora de crédito, afinal muitas dúvidas ainda perduram com relação ao novo Acordo Ortográfico.

³⁶ Palavras que possuem a grafia idêntica e significado diverso.

³⁷ Palavras que se pronunciam de forma diferente.

5. *Palavras finais*

Ao final deste estudo, notou-se que a reforma ortográfica nos países lusófonos trouxe avanços, mas também muita polêmica em torno do assunto. Vale ressaltar aqui Vygotsky (1998), ao afirmar que a escrita é um sistema de símbolos e signos que se diferencia dos outros. A propósito, verifica-se que o processo de construção da escrita é guiado e/ou mediado por signos e, que por sua vez são transmitidos culturalmente a todas as gerações. Ainda, a escrita representa, para muitos, dificuldades sem precedentes, tendo em vista, a cultura arraigada em cada nação.

Percebe-se, então que as ambiguidades decorrentes das mudanças no novo Acordo Ortográfico decorrem de duplicidades normativas, que só poderão ser desfeitas a partir do momento em que o usuário desse idioma tome posse dessas modificações e, por conseguinte, deverá ser capaz de aplicar corretamente aquilo que lhe é ensinado. Assim, nota-se que é necessário refletir sobre a representação do sujeito quanto ao domínio da linguagem escrita.

A propósito, o desenvolvimento de uma sociedade perpassa as barreiras e fronteiras de uma cultura, onde aprender a escrever traduz, então, a possibilidade de novas formas e novos motivos para comunicação, levando em conta que “a aprendizagem da língua materna é a via principal de acesso à cultura, bem como interfere na constituição desse sujeito enquanto ser social”.

É pertinente ratificar que as ambiguidades não acontecem durante a fala, mas durante a escrita. Além disso, existe uma indagação acerca da possibilidade de desfazê-las. Acredita-se que o contexto, a estrutura da oração e a possível substituição da lexia poderão ser aspectos responsáveis por esse processo, o que se constitui um caminho para reflexões futuras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECHARA, Evanildo. *O que muda com o novo acordo ortográfico*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

CARVALHO, José G. Herculano de. Ortografia e as ortografias do português. *Confluência*. Rio de Janeiro, 1º semestre, n. 13, p.39-46, 1997.

COUTINHO, Ismael de Lima. *Gramática histórica*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1970.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *O minidicionário da língua portuguesa*. Século XXI. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

HOUAISS, Antônio. *A nova ortografia da língua portuguesa*. São Paulo: Ática, 1991.

_____. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.

_____. *Minidicionário da língua portuguesa*. 3. ed. ver. e aum. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

NOVA ortografia da língua portuguesa. Disponível em: <<http://novaortografia.com/o-que-muda-no-brasil/>>. Acesso em: 27 maio 2009.

SILVA, Maurício Pedro da. *O novo acordo ortográfico da língua portuguesa*. São Paulo: Contexto, 2008.

TUFANO, Douglas. *Guia prático da nova ortografia*. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 2009.